

População deve discutir retirada do mastro

Quatro arquitetos acreditam que há questões mais importantes que a Praça dos Três Poderes

FERNANDO PINTO
Repórter Especial

Tombar ou não tombar, tirar ou não tirar o mastro — isto não é tão importante assim em relação à Praça dos Três Poderes. Pelo menos é o que pensam quatro arquitetos identificados com a paisagem humana e cultural do Distrito Federal. Philippe Torelly, por exemplo, como membro da Comissão Cidade do Sindicato dos Arquitetos acredita que outras providências mais urgentes já deviam ter entrado na pauta do governo: “Em Brasília há um déficit de mais de 100 mil moradias e isto é absolutamente prioritário”. Por sua vez, o presidente do Instituto dos Arquitetos de Brasília, professor Aleixo Furtado, afirma que “não se

pode pura e simplesmente transformar a praça num museu”. Sobre o assunto, o presidente (licenciado) do Sindicato dos Arquitetos, Orlando Cariello, lembra que foi preso no dia da tentativa de inauguração “daquela porcaria que se chama mastro”, mas acha que não se deve fazer nada sem antes de uma ampla consulta popular. Com a tese de se auscultar previamente a opinião pública também concorda Briane Panitz Bicca, coordenadora do grupo Pró-Memória (Ministério da Cultura) que há cinco anos faz levantamento completo sobre os monumentos da cidade. E aproveita para fazer um desabafo:

— “Não se deve fazer da Praça dos Três poderes mostruário de monumentos”.

Crescimento deve ser harmonioso

Vasculhando há cinco anos os quatro cantos do Distrito Federal no levantamento minucioso de identificar “testemunhos históricos”, não há quem entenda mais de monumentos locais do que a arquiteta Briane Panitz Bicca, coordenadora de uma respeitável equipe vinculada a um nome comprido: Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, criado em 1981, e que conta com a participação de técnicos da UnB, do Ministério da Cultura e do GDF. Na pesquisa abrangente que vem fazendo, o grupo tem colhido subsídios valiosos a respeito de referências culturais da cidade. Sobre a Praça dos Três Poderes, por exemplo, obteve a resposta popular de que aquele logradouro é de grande valor histórico para a cidade e que se constitui num marco para a orientação dos recém-chegados.

— “A Praça dos Três Poderes é apenas um trecho do conjunto de Brasília que deve ser preservado. Nosso grupo vem estudando a preservação não só de Brasília, mas também de todos os bens dentro do território do Distrito Federal”, explica Briane.

Gaúcha de 40 anos, 16 dos quais vividos em Brasília, com o curso de doutorado tirado na França, Briane Panitz Bicca prefere falar ao repórter assessorada por dois jovens arquitetos de sua equipe, Márcio Viana, de 29 anos, e Yeda Virgínia Barbosa, de 27. Deixando bem claro que não pode fazer uma abordagem sobre a Praça dos Três Poderes sem falar no contexto brasiliense, ela lembra que o desenho da criação de Brasília foi concebido dentro dos princípios que nortearam o urbanismo da década de 50, isto desde o Congresso Internacio-

nal de Arquitetura Moderna, em Atenas (1933). E ressalta a influência histórica:

— “O Congresso Internacional de Arquitetura Moderna lançou todos os princípios da arquitetura moderna e do urbanismo. Então sob esses princípios se calcaram os desenhos de Brasília. Esses grandes espaços não são espaços de uso popular, de uso do cidadão. São espaços muito mais para contemplar os monumentos. Isso é uma coisa que aos poucos Brasília está tentando corrigir”.

A arquiteta do Pró-Memória cita como tentativa dessa reparação do desenho original “o esforço popular por exemplo, de apropriação da Torre de Televisão foi muito grande que teve muita reação há uns tempos passados. Hoje aquilo já passou para o domínio público”. Menciona o encaminhamento do calçamento da Torre até a Rodoviária. E acrescenta:

— “Nós temos a impressão de que com o passar do tempo o povo de Brasília vai usar, vai conquistar outros espaços também. O que poderia haver é o poder público dar uma mãozinha para ser realizada essa conquista, reforçar um pouco, colocar mais equipamentos”.

Aponta como exemplo a Esplanada dos Ministérios, onde a vida dos funcionários que trabalham naqueles enormes edifícios é bastante dificultada pela falta de transporte fácil, pela falta de um mercadinho para comprar frutas.

— “Por que não se criar algum espaço de lazer pros funcionários na hora do almoço, criar uma ambientação mais adequada, criar mais sombra, criar mais bancos pras pessoas poderem sentar? Até nos fins de semana pras pessoas poderem ir lá. Também contemplar, mas

também usar”.

Pela Esplanada ela chega até a Praça dos Três Poderes, que é também uma extensão desse vazio: “Os prédios tentam se completar em si, sem usar o espaço rico que se tem em torno. Isso é uma coisa que vai fatalmente ocorrer. Mas quem sabe que o poder público, compreendendo isso, possa apoiar e até incentivar essa humanização, do modo como feito ali na Torre?” Briane Bicca dá ênfase à idade de Brasília, a nível de comunidade:

— “Brasília é ainda uma cidade que tem de amadurecer. Brasília é uma cidade ainda por se fazer, é praticamente um canteiro de obras. A quantidade de espaços desocupados é ainda maior do que os espaços já ocupados. E não se deve ficar com a idéia elitista de que Brasília deva ficar como está. É preciso que se abra condições para esse crescimento sem machucar a cidade, um adensamento harmonioso, para não se transformar numa São Paulo”.

MUSEU TOMBADO

Ao contrário do que muita gente pensa, a coordenadora do grupo de preservação de Brasília explica que o trabalho de sua equipe “não pretende o tombamento da cidade, mas apenas identifica os testemunhos da história da cidade”. A propósito, diz que a Praça dos Três Poderes já está praticamente tombada em si mesma.

— “Como todos já deviam saber, o museu que está na Praça dos Três Poderes já está tombado, tombamento que delimitou uma área de entorno desse museu, exatamente no limite da praça em si sem envolver as edificações”.

Com esse argumento, ela garante que há uma forma legal para se tombar integralmente a Praça dos Três Poderes, excluindo o Mastro da Bandeira. Sobre o Panteão diz que há o risco de se transformar o logradouro em mostruário de monumentos, tantos são os pedidos de deputados para que sejam inseridos naquele local outros monumentos, como um busto a Tiradentes e o monumento ao “Escravo Desconhecido”.

Quanto à Casa de Chá, Briane Panitz Bicca sugere: — “Na Casa de Chá precisa ser criada uma ambientação melhor para cativar o povo, porque aquilo fica muito isolado no meio daquele deserto, não cativa as pessoas para irem lá. É preciso se criar uma ambientação melhor para que as pessoas se habituem a usar aquele espaço”.

de se mexer muito com esse negócio de monumento.

Quando retorna ao mastro, sua voz se altera, gesticula como se tivesse a intenção de apagar fantasmalminhas da memória:

— Aquele mastro é o símbolo de um período negro da História do Brasil. E até o episódio de minha prisão expressa um pouco essa situação. Mas não acredito que haja algum governante, algum arquiteto com a capacidade para decidir agora sobre a retirada do mastro. Ninguém gosta daquele mastro, pelo menos as pessoas que participaram na luta pela restauração democrática. Ele é um monstro, é uma coisa odiosa, é um símbolo terrível de um período pior do que este. E digo isto para que não pensem que estou achando este muito bom. Acho portanto que não é para um governante, para um só arquiteto decidir a respeito. Acho que é necessária uma consulta popular.

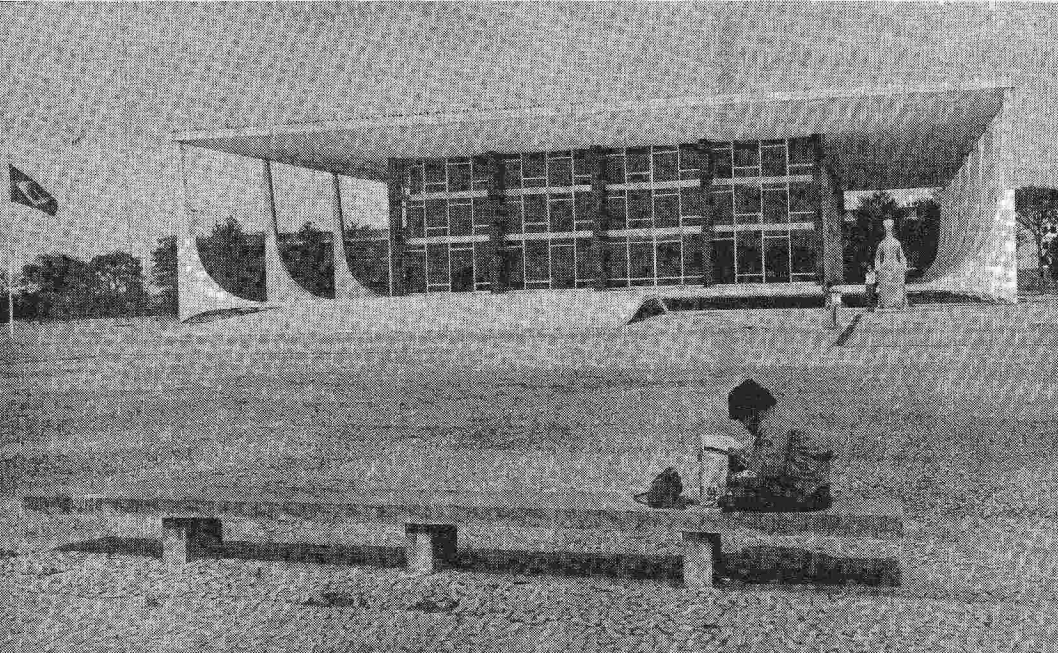
A propósito do que já foi cogitado de transferir o mastro da Praça dos Três Poderes para o Setor Militar Urbano, o cidadão brasiliense Orlando Cariello se diz absolutamente contra. E explica por que:

— “Acho que a gente tem de mostrar de uma vez por todas que o Hino Nacional, que o Pavilhão Nacional, a nossa Bandeira, não são propriedades dos militares. Tudo isso é tão nosso quanto deles. Então acho que não é o caso de se colocar o mastro no Setor Militar. Acho que pode ser retirado até para botar em lugar nenhum. Mas tirar pra botar lá, francamente, acho um simbolismo muito pior”.

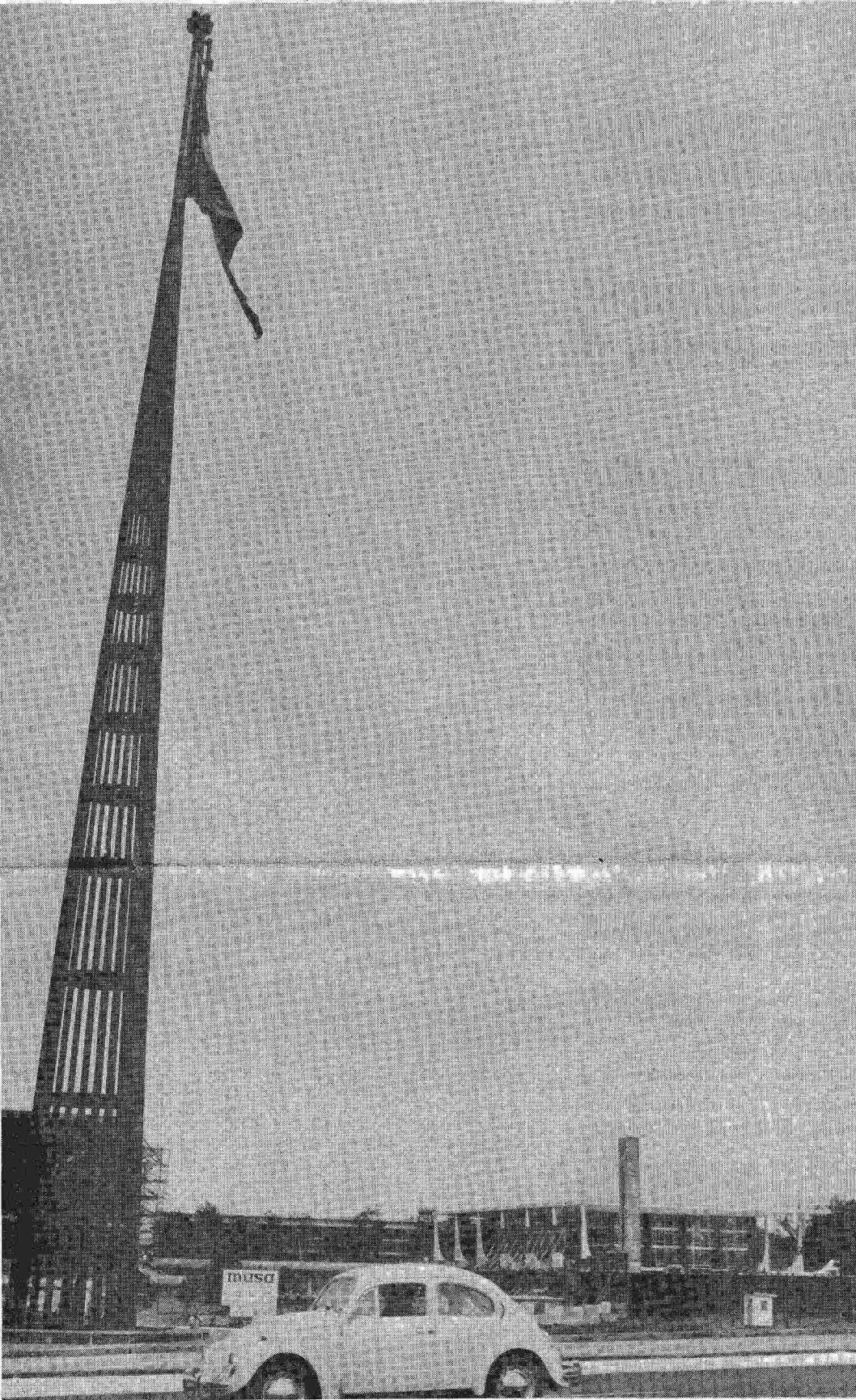
E quando o repórter pede a sua opinião sobre o Panteão, ele responde em tom irônico:

— “Esse vamos esperar pra ver como é que fica...”

FOTOS: ALDORI SILVA



Vazia, a Praça dos Três Poderes deveria ganhar áreas verdes para atrair visitantes



O polêmico Mastro da Bandeira: símbolo do poder militar ou monumento de mau gosto?

Idéia de tombamento é precoce

— “Acho que essa idéia de tombamento ainda é muito precoce. Essa questão tem que ser discutida com a comunidade. É preciso parar com esse negócio de ficar maquiando a cidade. Lá no sindicato a gente tem um lema de que Brasília não é mais uma maquete. Porque na verdade o que está ocorrendo na cidade é um exercício de maquiagem: se retoca ali o Palácio da Justiça, se faz um Panteão, querem retirar o mastro, e na verdade uma série de problemas seríssimos como habitação, saneamento, questão de emprego e salários, está sendo postergada a um plano terciário até, nem é mais secundário”.

Quem ataca o assunto assim de rijo é Philippe Torelly, carioca de 31 anos, e brasiliense há 26: “Cheguei aqui com cinco anos”. Ele é diretor do Sindicato dos Arquitetos e membro da Comissão Cidade da mesma entidade. Falando com o mesmo entusiasmo e destemor de seu tio-avô Aparício Torelly, que se notabilizou pelo pseudônimo de Barão de Itararé, logo no início da entrevista o arquiteto brasiliense ressalta o retorno de Oscar Niemeyer a Brasília como acontecimento bastante positivo “no levantamento da discussão dos problemas da cidade”. E em seguida faz a ressalva:

— “Nós até o saudamos nesta sua vinda. Porém o que não pode acontecer é ele e o governador ficarem decidindo sobre tudo na cidade, sem que haja participação da comunidade. Quer dizer: a cidade não pertence a eles. A cidade não é mais uma maquete. Existe uma população que vive aqui, que mora aqui”.

Torelly diz que “essas posições autocráticas do governador José Aparecido junto com o Oscar Niemeyer” já de longo tempo vêm preocupando os membros da Comissão Cidade,

que está tentando abrir um foro de manifestação da população sobre debates das questões urbanas.

— “E o que podemos concluir é que a comunidade de Brasília não tem canais de participação. As reivindicações dela não têm como chegar até aqueles que tomam as decisões”.

DISCórdIA

Sobre o mastro da Praça dos Três Poderes, Torelly concorda que se trata de “uma coisa horrenda, hedionda do ponto de vista estético, marco de um período de autoritarismo, um período ditatorial da história brasileira”. Mas pondera:

— “Se a gente começar a derrubar todos os símbolos do auto-

ritarismo, muito pouca coisa vai ficar de pé. Então você vai derrubar o Forte de São Marcelo, em Salvador, porque ele foi uma prisão? E o Coliseu de Roma, onde soltavam os leões para comerem as pessoas, foi derrubado por causa disso? O mastro é um símbolo do autoritarismo da história brasileira. E que não se repita o que aconteceu com Rui Barbosa, que mandou queimar os arquivos da escrivania e destruiu assim um registro histórico importantíssimo. Acho que as coisas ruins também devem ficar para serem estudadas pelas gerações futuras”.

Sobre a construção do panteão Tancredo Neves, o diretor do Sindicato dos Arquitetos acha que não é oportuno: “O País está vivendo problemas seríssimos, problemas gravíssimos de saneamento, de educação, de emprego. Só aqui no Distrito Federal temos um déficit de mais de 100 mil moradias. Se você paga o dinheiro da construção do panteão, se você pega o dinheiro das maquiagens desnecessárias, se você pega o dinheiro que se vai gastar com a transferência do mastro — tudo isso somado dá pra se fazer um bocado de casas, um bocado de escolas, melhorava a vida de muita gente.

Ainda sobre a Praça dos Três Poderes, ele faz uma pergunta: “Por que a praça não é ocupada?”. E ele mesmo responde:

— “Porque o governo não deixa. Se a praça começar realmente a ser utilizada, as autoridades vão fazer o possível para bloqueá-la, isto é, os dois governos: o federal e o local, que têm uma política muito semelhante, o que é muito compreensível porque por enquanto um está sendo nomeado pelo outro. Houve no País uma liberalização, mas as medidas autoritárias continuam”.

Há problemas mais graves

O presidente do Instituto de Arquitetos de Brasília e professor de Arquitetura da UnB, Aleixo Furtado, gaúcho de 41 anos e há 18 radicado na capital federal, diz que a Praça dos Três Poderes “é o marco principal, é o sinal principal da mão do homem Lúcio Costa como urbanista, marcando uma cidade previamente desenhada, uma cidade que não cresceu naturalmente. Acredito que essa praça seja o sinal principal que deva ser preservado no máximo que se possa”.

Sobre a retirada ou não do mastro, ele se furta a uma resposta direta, justificando a sua posição circunstancial de presidente de uma categoria e que se sente na obrigação de fazer uma consulta aos colegas: “Do ponto de vista estritamente pessoal, seria até uma atitude leviana de minha parte. O que posso dizer é que esse mastro já se incorporou à paisagem da cidade e deveria ser motivo de uma discussão mais ampla se deve ou não ser retirado. E essa incorporação já há quase 15 anos deverá fazer com que este sinal deve continuar incorporado até como lembrança de um período autoritário pelo qual passamos. E as gerações futuras poderão ter até nesse marco uma discussão cultural sobre esse tempo. Acredito que alguns ruídos e algumas manchas que as culturas sempre tiveram fazem parte delas próprias”.

O TOMBAMENTO

Mesmo afirmando que o Instituto de Arquitetos de Brasília não considera prioritária uma discussão sobre o tombamento ou não da Praça dos Três Poderes — “porque temos problemas maiores a tratar, as cidades-satélites se avolumando, as pessoas sem trabalho e sem poder exercerem a sua plena sobrevivência” —, o professor Aleixo afirma que o IAB não pode ficar indiferente a esse assunto, lembrando que possivelmente amanhã entre na pauta de discussões no encontro que sua entidade terá com a Comissão Cidade do Sindicato dos Arquitetos.

— “Não se pode tombar sem dar a oportunidade de algumas revisões dentro desse tombamento. Não se pode pura e simplesmente transformar a praça num museu. Terá que se dar condições para que algumas alterações possam haver em função da própria dinâmica da vida, preservando os marcos principais de nossa própria civilização. Se não podemos destruir Ouro Preto hoje, da mesma forma não poderemos destruir Brasília, talvez porque não pudéssemos mais repetir outra Brasília, uma cidade setorializada que de certa forma desumanizou um pouco os homens entre si, criando uma série de atritos urbanos”.

Sobre a desumanização a que se refere, o arquiteto Aleixo Furtado dá a entender que a Praça dos Três Poderes é uma resultante disso:

— “Para ser humanizada, a praça precisa de alguns equipamentos, algumas coisas que possam fazer com que as pessoas que transitam por ali permaneçam um pouco na praça. Faltam eventos e está faltando há muito tempo um ar democrático que pudesse aproximar a população do poder, a praça que por muito tempo representou o poder repressivo. Faltam alguns equipamentos para que as pessoas fiquem ali, permaneçam ali. Talvez uma arborização ou a colocação de bancos, talvez até um comércio mais amplo, a fim de que as pessoas daqueles edifícios venham para a praça em vez de ficarem no subsolo”.

Sobre o Panteão e Tancredo Neves, o presidente do IAB acha válido da mesma forma como foi válida a edificação feita anteriormente em homenagem a Juscelino Kubitschek. Faz no entanto uma restrição:

— Acho que não precisava ser uma edificação com muita pompa. Talvez pudesse ter um sinal menor, que pudesse caracterizar inclusive o tempo austero pelo qual nós estamos passando. A redemocratização não trouxe uma revisão plena à remuneração das pessoas e ao próprio trabalho. Então, se passamos por um tempo austero, acredito que o símbolo pudesse ser também um pouco mais austero”.



Briane Bicca estuda a preservação de todos os bens do DF

Não é hora de mexer no mastro

Para Orlando Cariello, capixaba de 35 anos e 23 de Brasília, presidente (licenciado) do Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal e vice-presidente da Federação Nacional dos Arquitetos, o debate sobre a Praça dos Três Poderes lhe traz uma lembrança amarga que prefere exorcizar com um sorriso:

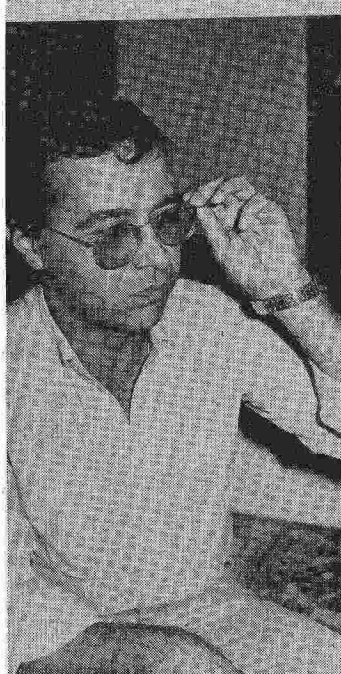
“Fui preso no dia em que se tentou a inauguração daquele mastro...”

E lembra o que aconteceu quando ele cobria o evento na condição de representante do jornal O Globo: como poderia acontecer com qualquer jornalista londrino, simplesmente o então repórter esqueceu o seu carro Volks quatro portas no caminho por onde desfilaria a tropa em ritmo de passo de ganho. Como esse veículo foi apelidado na época de Zé do Caixão, a inauguração do mastro quase virou funeral.

— “Quando vi tinha recebido voz de prisão e o meu carro estava com os pneus arriados. Só não me recolheram ao xadrez porque descobriram a minha condição de jornalista”.

Mesmo com a amarga lembrança desse episódio que tem ainda hoje como referência histórica o Zé do Caixão (“ainda funcionando”), Cariello acha que não se deve mexer no mastro e nem cogitar de tombamento da Praça dos Três Poderes.

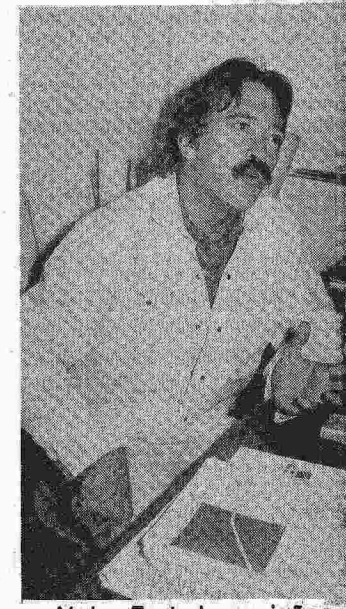
“Então eu me pergunto se esta cidade já está realmente pronta. Além do que é preciso levar em conta a questão política. A partir da Constituinte que vai sair no ano que vem, o espaço de gestão popular nesta cidade tem que ser ampliado. Acho portanto essa questão inoportuna numa cidade que só tem 26 anos e que só agora a sua população vai ter oportunidade de opinar, isto é, espera-se que se faça opinar na regularização da política local, da Assembleia



Orlando Cariello: preso



Philippe Torelly: lema



Aleixo Furtado: revisões